

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : CB

CLASS. : 134

DATA : 13 01 90

PG. : capa/10

IVAC DO CAVALCANTE



Romeu Tuma, admite usar a força para retirar os garimpeiros de Roraima

Governo pode usar força nos garimpos

O impasse criado pela decisão do Governo Federal de assentar garimpeiros em áreas indígenas de Roraima — descumprindo liminar da Justiça — pode se agravar na próxima semana. O delegado Romeu Tuma, diretor-geral da Polícia Federal, cogitou, ontem em Brasília, da possibilidade de usar a força para obedecer à ação judicial. Em Boa Vista, cinco mil garimpeiros reivindicam um prazo de 60 dias para deixar

a área do garimpo do Alto do Mucajaí, na reserva Yanomami, ao mesmo tempo em que outros começam a desocupar a região e uns poucos entram para as matas mais fechadas em busca de novo rancho. A Polícia Federal irá justificar segunda-feira à Justiça a ação de seus agentes em Roraima, onde o clima ainda é de tensão e muita expectativa por parte de garimpeiros e da população.

Tuma já admite usar a força em garimpos

O impasse criado pela decisão do Governo de assentar garimpeiros em três áreas indígenas de Roraima, descumprindo liminar da Justiça, pode se acirrar ainda mais nos próximos dias. O diretor-geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, cogitou ontem a possibilidade de usar a força para obedecer a ação judicial. Ainda contrariado por ter sido interpe-lado, sob acusação de desobediência à lei, a pedido do procurador José Eugênio Aragão, ele promete agir com rigor. Fez, contudo, uma ressalva numa clara advertência ao procurador. "Se for preciso usar a violência quero a proteção dele".

Cerca de cinco mil garimpeiros estão reivindicando um prazo de 60 dias para deixarem a região garimpeira do Alto do Macajá, na reserva Yanomami, situada próxima à pista do Jeremias. Muitos garimpeiros já começaram a sair da região. Outros, no entanto, estão entrando para as matas mais fechadas procurando um novo rancho.

A fiscalização exercida pela Polícia Federal no aeroporto de Boa Vista para a região do Alto Macajá tem surtido o efeito es-

perado — o combustível para os aviões está bastante racionado na pista Jeremias.

Antes de tomar maiores providências, o delegado Romeu Tuma terá que justificar por escrito à Justiça, na segunda-feira, a ação da Polícia Federal esta semana em Roraima. Tuma insistiu que o Governo não articulou qualquer tipo de acordo com os garimpeiros e que, em nenhum momento, pensou em descumprir a liminar, que interdito nove milhões de hectares de áreas indígenas.

Sem esconder sua mágoa pelos termos ríspidos da petição do procurador, lamentou que ele não conhecesse bem a realidade dos garimpos em Roraima. "Talvez se o procurador tivesse ido na região mudasse de opinião".

O presidente da União dos Garimpeiros, Altino Machado, defendeu ontem o delegado Romeu Tuma, que segundo ele não fez acordos mas apenas executou um plano para liberação das áreas Yanomamis, sem o uso da violência.

Mesmo garantindo que a operação Yanomami continua sendo desenvolvida sem maiores problemas, Tuma se mostra preocu-

pado com possíveis incidentes em Roraima. Ontem mesmo recebeu um telex da Associação Comercial do Estado pedindo a ação da Polícia Federal e do Exército na região. "A população está assustada e os garimpeiros vivem um clima de tensão e expectativa muito grande". Quanto a isto, disse que cabe ao governador Romero Jucá Filho tomar providências.

O diretor do DPF revelou "não ter força suficiente" para resolver a questão sozinho. A questão, a seu ver, precisa ser avaliada de vários aspectos, sem o erro de tratar os garimpeiros como foragidos ou bandidos. "São trabalhadores brasileiros e merecem todo respeito". Enquanto o impasse não se resolve, com uma tomada de decisão definitiva, o Governo procura encontrar saídas para cassar a liminar e efetivar o acordo, hoje desmentido tanto por Tuma como pelo ministro da Justiça, Saulo Ramos. Cogita-se que, em breve, o Governo recorrerá para suspender a liminar e, definitivamente, transportar os garimpeiros da área Yanomami para as regiões pretendidas no início da semana.

WALDO CAVALCANTE



Romeu Tuma garante que vai agir com rigor para cumprir a ação judicial e pede proteção ao procurador

Caracas quer conter invasão

Caracas — Um eventual acordo com as Forças Armadas do Brasil para o controle dos garimpeiros, que devastaram áreas florestais na fronteira da Venezuela, foi descartado ontem em Caracas pelo ministro venezuelano da Defesa, general-do-ar, Filmo Lopez Uzcategui (foto). Lopez disse que seu país deseja que o Brasil tome medidas para evitar a entrada de seus garimpeiros na Venezuela.



O governo brasileiro desativou no início da semana uma operação para retirar todos os garimpeiros de Roraima, na fronteira com os dois países, apesar das acusações de "genocídio" dos índios Yanomami, cuja reserva foi contaminada por mercúrio, metal utilizado na extração do ouro.

O vice-chanceler brasileiro, Paulo Tarso Flecha de Lima, está sendo esperado na próxima terça-feira em Caracas para estudar com as autoridades venezuelanas as ações a serem realizadas por cada país para conter a ação dos garimpeiros.

Lopez inaugurou um posto militar no início da semana em El Platanal, 100 quilômetros ao norte da fronteira com o Brasil, para impedir a entrada de garimpeiros em território venezuelano. Três mil 500 brasileiros foram expulsos da Venezuela em maio de 1989, sob a acusação de provocarem danos ecológicos nas cabeceiras do Rio Orinoco. No final do ano passado, vários acampamentos foram destruídos por militares venezuelanos.

A questão da invasão de garimpeiros a território venezuelano vem sendo discutida já há algum tempo pelas autoridades dos dois países, sem que tenham chegado a um acordo.

João Alves dá apoio a Tuma

O ministro do Interior, João Alves, telefonou ontem ao diretor-geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, para manifestar seu apoio às ações do DPF em relação à retirada dos garimpeiros. Segundo João Alves, o diretor do DPF, tem agido bem e não deveria ser ameaçado de prisão.

"Tanto a Polícia Federal, quanto a Funai, têm trabalhado na retirada dos garimpeiros. A lei diz que não pode haver garimpo em área indígena e um país vive de cumprir as leis. Caso contrário, é o caos. Não existe outra alternativa" afirmou ele.

O ministro do Interior afirmou ainda que a presença dos garimpeiros em área indígena causa problemas de toda a ordem: prejudica a saúde dos índios, descaracteriza a cultura das tribos, polui os rios com mercúrio e devasta áreas de floresta.

Saulo denuncia lobby externo

Belo Horizonte — O ministro da Justiça, Saulo Ramos, afirmou ontem que a extensão da polêmica criada, no Brasil e no exterior, com a decisão do Governo Federal de retirar cerca de 40 mil garimpeiros que ocupam ilegalmente as reservas dos índios Yanomami em Roraima "é resultado de uma série de injunções secretas, a maioria delas de caráter internacional". Para o ministro, as atividades de garimpagem no Brasil "contrariam muitos interesses, especialmente da África do Sul e da União Soviética", países que, conforme assinalou, "possuem grande poderio para a formação de lobbies publicitários, quando se sentem afetados em nível econômico ou ideológico".

Saulo Ramos, que veio a Belo Horizonte participar da solenidade de encerramento da primeira reunião do Conselho Nacional de Segurança Pública (Conasp), acrescentou que a operação de campo "habilmente dirigida" pe-

lo diretor da Polícia Federal, delegado Romeu Tuma, "está plenamente correta, em todos os sentidos". Disse que o grande acerto, por parte do Governo, foi estabelecer uma planificação para a localização futura dos garimpeiros em áreas demarcadas para este tipo específico de atividade. "Mas eles terão que ali trabalhar regidos por cooperativas. Só assim poderão enfrentar também a exploração de alguns donos de garimpos, que os submetem a trabalho escravo", assinalou Saulo Ramos. Para ele, os garimpeiros "merecem tanta ajuda e proteção como os índios Yanomami".

"A situação existente na região é cruel", prosseguiu o ministro da Justiça. "O garimpo é clandestino e os garimpeiros, ao invadir as áreas indígenas, para lá levam doenças e vícios. A nação Yanomami está realmente ameaçada. Também em termos culturais, temos que reverter esta situação", advertiu.

Goianos saem sem resistência

Goiania — Os oficiais de Justiça e os policiais do 6º Batalhão da Polícia Militar da cidade de Goiás, ex-capital do Estado, não encontraram até agora resistência alguma da parte dos garimpeiros que trabalham nos Rios Vermelho, Peixe e Itapira e que receberam esta semana mandado de interdição desses garimpos concedidos pelos juizes das 1ª e 2ª Varas de Goiás.

Após os três dias dados pela Justiça como advertência para desocuparem as áreas de garimpo, os oficiais, ajudados pela polícia, apreenderam alguns equipamentos de garimpeiros que teimaram em continuar trabalhando na região. Para hoje, no entanto, os garimpeiros marcaram uma manifestação na cidade de Faina, para protestarem contra a retirada do garimpo da região.

Eles alegam que aquele é seu único meio de vida e agora com a interdição ou vão para outras áreas de garimpo ou ficam parados.

O Problema Ecológico

DOM JOSÉ FREIRE FALCÃO

A paz com Deus criador e com toda a criação foi o tema do Dia Mundial da Paz. Paulo VI já havia consagrado um parágrafo da Exortação Apostólica Octogésima Adveniens ao problema ecológico. Dizia ele que o homem "por motivo de uma exploração inconsciente da natureza, começa a correr o risco de destruir e de vir a ser, também ele, vítima dessa depredação".

Agora, João Paulo II dedica todo um documento pontifício à ameaça à paz pela falta do respeito devido à natureza, pela desordenada exploração de seus recursos e pela progressiva deterioração da qualidade de vida.

A degradação do ambiente constitui uma ameaça para a sobrevivência do homem neste planeta, que é sua casa. A consciência ecológica é a consciência do mau uso dos bens da terra.

Não é do ponto de vista científico e técnico que o Papa, em sua mensagem, considera a questão ecológica, mas sob o aspecto ético, enquanto é o reflexo da crise moral. Pois, o homem, ao afastar-se "do designio de Deus criador, provoca uma desordem que repercute inevitavelmente sobre o resto do universo".

A crise ecológica é um problema moral porque é consequência da "aplicação sem discernimento dos progressos científicos e tecnológicos". Assim, as mudanças meteorológicas e atmosféricas devidas à difusão das indústrias, às grandes concentrações urbanas e ao consumo de energia.

Mas, a mais profunda e grave implicação do problema ecológico

está na falta do respeito pela vida. "As condições de produção prevalecem sobre a dignidade do trabalhador e os interesses econômicos são postos acima do bem de cada uma das pessoas".

Ademais, em nome do progresso e do bem-estar destroem-se as espécies vegetais e animais.

Por fim, "as perturbações provocadas na natureza por uma indiscriminada manipulação genética e pelo imprudente desenvolvimento de novas plantas e de novas formas de vida animal", bem como "as inaceitáveis intervenções sobre as origens da própria vida humana".

Daí que, nota João Paulo II, "a norma fundamental, capaz de inspirar um sadio progresso econômico, industrial e científico, é o respeito pela vida e, em primeiro lugar, pela dignidade da pessoa humana".

O Papa lembra dois princípios básicos para a solução do problema ecológico. Antes de tudo, o dever de respeitar a "integridade e o equilíbrio interno e dinâmico" dos cosmos.

Depois, a consciência de que "a terra é essencialmente uma herança comum, cujos frutos devem reverter em benefício de todos". Por isso, "é injusto que alguns poucos privilegiados continuem a acumular bens supérfluos, dilapidando os recursos disponíveis, enquanto há multidões de pessoas que vivem em condições de miséria, ao nível infimo de sobrevivência".

E propõe "um sistema de gestão dos recursos da terra mais bem ordenado ao nível internacional" com a responsabilidade de cada Estado na execução das normas apro-

vadas. Sugere, ainda, a inclusão na Carta dos Direitos do Homem do "direito a um ambiente seguro".

O princípio da solidariedade, tão enfatizado no ensinamento social de João Paulo II, é aqui lembrado no relacionamento entre os Estados, especialmente entre os países em via de desenvolvimento e os países altamente industrializados.

"Aos países de há pouco industrializados não se pode exigir que apliquem certas normas restritivas às próprias indústrias nascentes, se os países industrializados há muito não forem os primeiros a aplicá-las. Por sua vez, os países em via de industrialização não podem moralmente repetir os erros cometidos por outros no passado, continuando a danificar o ambiente com produtos poluentes, com desflorestações excessivas ou com a exploração ilimitada de recursos que se esgotam".

Mas, jamais se alcançará "o justo equilíbrio ecológico, se não forem primeiro enfrentadas diretamente as formas estruturais de pobreza existente no mundo".

O problema ecológico não encontrará solução adequada sem uma mudança no estilo de vida, hoje, propensa, em muitos países, para o hedonismo e o consumismo. Pois, "se faltar o sentido do valor da pessoa e da vida humana, dá-se o desinteresse pelos outros e pela terra". Urge um estilo de vida marcado pela austeridade, a temperança, a disciplina e o espírito de sacrifício.

Dom José Freire Falcão é arcebispo de Brasília